

Werson Rêgo
Coordenador

SEGURANÇA JURÍDICA E PROTAGONISMO JUDICIAL

DESAFIOS EM TEMPOS DE INCERTEZAS

*Estudos Jurídicos em Homenagem
ao Ministro Carlos Mário da Silva Velloso*



Rio de Janeiro
2017

1ª edição – 2017

© Copyright

diversos

CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte.

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

S459

Segurança jurídica e protagonismo judicial: desafios em tempos de incertezas - estudos jurídicos em homenagem ao Ministro Carlos Mário da Silva Velloso / Coordenação Werson Rêgo. - 1. ed. - Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2017.

1132 p.: il.; 24 cm.

Inclui índice

ISBN 978-85-9524-000-1

1. Direito. 2. Poder judiciário. I. Rêgo, Werson.

16-37587

CDU: 340.09

O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei nº 9.610/98).

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11.09.1990).

Reservados os direitos de propriedade desta edição pela

GZ EDITORA

contato@editoragz.com.br

www.editoragz.com.br

Av. Erasmo Braga, 299 – Sala 202 – 2º andar – Centro

CEP: 20020-000 – Rio de Janeiro – RJ

Tels.: (0XX21) 2240-1406 / 2240-1416 – Fax: (0XX21) 2240-1511

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

Impressão e acabamento:

Grupo
Smart Printer
Soluções em impressão

SUMÁRIO DE ARTIGOS

<i>APRESENTAÇÃO</i>	V
<i>SAUDAÇÃO INICIAL</i>	IX
<i>SOBRE O COORDENADOR</i>	XIII
<i>SOBRE OS AUTORES</i>	XIII
TUTELA DE URGÊNCIA E (AUSÊNCIA DE) DISCRICIONARIEDADE JUDICIAL	
<i>Alexandre Freitas Câmara</i>	1
PROTAGONISMO JUDICIAL NA RESPONSABILIDADE CIVIL	
<i>Anderson Schreiber</i>	13
A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE PRIVADA NO BRASIL	
<i>Angélica Carlini</i>	33
OS JUIZADOS ESPECIAIS ESTADUAIS E O IRDR	
<i>Antonio Aurélio Abi-Ramia Duarte / Maria Eduarda de Oliveira Brasil</i>	55
O JUIZ DO AGORA E DO AMANHÃ	
<i>Caetano Ernesto da Fonseca Costa</i>	75
PODER JUDICIÁRIO: NOVOS DIREITOS E DESAFIOS À PROTEÇÃO – PROTAGONISMO JUDICIAL E MECANISMOS DE GESTÃO DE DEMANDAS	
<i>Cesar Cury</i>	99
A ARTE E O OFÍCIO DE SER JUIZ	
<i>Cláudio dell’Orto</i>	115
O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A AUTORIDADE CONSTITUCIONAL COMPARTILHADA	
<i>Clèmerson Merlin Clève / Bruno Meneses Lorenzetto</i>	123
SOBRE O PATERNALISMO JUDICIAL PROCESSUAL – OU PORQUE NÃO PODEMOS ENTENDER QUE EXISTE UM DIREITO À ANÁLISE DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO PELO SUPREMO	
<i>Daniela Giacomet</i>	151

A CRISE DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA ELETIVA PARLAMENTAR E A SUA SUPERAÇÃO PELA ASCENSÃO DE UMA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA SELETIVA JUDICIAL <i>Diogo de Figueiredo Moreira Neto</i>	171
A FOSFOETANOLAMINA SINTÉTICA: UMA PROPOSTA DE REFLEXÕES SOBRE O PATERNALISMO EXACERBADO DO PODER JUDICIÁRIO NA ÁREA DO DIREITO À SAÚDE <i>Fátima Nancy Andrichi</i>	199
APONTAMENTOS SOBRE SEGURANÇA JURÍDICA, ESTADO CONSTITUCIONAL E PROTAGONISMO JUDICIAL <i>Flávio Ahmed</i>	215
A DEMOCRACIA CONSTITUCIONAL EM PERIGO: OS RISCOS DO MESSIANISMO JUDICIAL E SEU FALSO PROTAGONISMO <i>Georges Abboud</i>	247
MIN. CARLOS VELLOSO E O PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA NA JURISPRUDÊNCIA DO STF <i>Gilmar Mendes</i>	261
O PROTAGONISMO JUDICIAL E O SUPERENDIVIDAMENTO DOS CONSUMIDORES NO BRASIL	
<i>Guilherme Magalhães Martins / Laila Natal Miguel / Stella de Souza Ribeiro de Araujo</i>	285
PROTAGONISMO INSTITUCIONAL DO PODER JUDICIÁRIO NO ESTADO CONTEMPORÂNEO: REFLEXÕES SOBRE A JUDICIALIZAÇÃO, O ATIVISMO JUDICIAL E A AUTONOMIA PROCESSUAL DA JUSTIÇA CONSTITUCIONAL <i>Guilherme Peña de Moraes</i>	317
LA RELACION ENTRE MEDIACIÓN Y SEGURIDAD JURIDICA EN EL CONTEXTO DE LOS CONFLICTOS FAMILIARES. JUSTICIA OBJETIVA VERSUS JUSTICIA SUBJETIVA <i>Guillermo Orozco Pardo</i>	337
SEGURANÇA JURÍDICA E ATIVISMO NA LEGALIDADE CIVIL-CONSTITUCIONAL <i>Gustavo Tepedino</i>	381
A PROVA E A INICIATIVA DO JUIZ NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: DISPUTA ENTRE GARANTISMO E ATIVISMO JUDICIAL <i>Humberto Theodoro Júnior</i>	401

O PROTAGONISMO JUDICIAL NO CONTEXTO DO NEOCONSTITUCIONALISMO	
<i>Ives Gandra da Silva Martins</i>	435
JUIZ ATIVISTA OU CONSEQUENCIALISTA?	
<i>José Renato Nalini</i>	449
RAPIDEZ OU QUALIDADE? SEGURANÇA OU DECISIONISMO?	
<i>Leila Mariano</i>	471
O PAPEL DO JUDICIÁRIO NA DEFESA DAS LIBERDADES CONSTITUCIONAIS: UMA ANÁLISE DO CASO PASQUIM	
<i>Lenio Luiz Streck</i>	497
DESAFIOS E INCERTEZAS NA SEPARAÇÃO DOS PODERES	
<i>Leonardo Antonelli</i>	511
SEGURANÇA JURÍDICA E O SISTEMA DE PRECEDENTES NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: DESAFIOS EM TEMPOS DE INCERTEZA	
<i>Luis Felipe Salomão</i>	529
SEGURANÇA JURÍDICA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	
<i>Luiz Fux</i>	541
A FUNÇÃO REPRESENTATIVA E MAJORITÁRIA DAS CORTES CONSTITUCIONAIS	
<i>Luis Roberto Barroso</i>	565
JUSTIÇA, SEGURANÇA JURÍDICA E PATERNALISMO MODERADO NAS RELAÇÕES DE CONSUMO	
<i>Luiz Roldão de Freitas Gomes Filho</i>	595
APONTAMENTOS JURÍDICOS DO MÚTUO FENERATÍCIO: ENTRE O PROTAGONISMO JUDICIAL E A SEGURANÇA JURÍDICA	
<i>Marco Aurélio Bezerra de Melo</i>	611
ORÇAMENTO IMPOSITIVO: UMA ALTERNATIVA POSSÍVEL AO PATERNALISMO JUDICIAL	
MANDATORY BUDGET EXECUTION: A POSSIBLE ALTERNATIVE TO JUDICIAL PATERNALISM	
<i>Marcus Abraham</i>	655
OS PLANOS DE SAÚDE E O DIREITO DO CONSUMIDOR	
<i>Maria Stella Gregori</i>	679

A SEGURANÇA JURÍDICA NO MERCADO IMOBILIÁRIO	
<i>Maury Rouède Bernardes</i>	701
A AUTONOMIA PATRIMONIAL DA INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA	
<i>Melhim Chalhub</i>	731
OS CONFRONTOS DO JUDICIÁRIO FACE À DOCTRINA E AO LEGISLATIVO	
<i>Miguel Reale Júnior</i>	745
A APLICAÇÃO DO DIREITO NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015	
<i>Nagib Slaibi Filho</i>	759
O PATERNALISMO EXACERBADO NAS DECISÕES JUDICIAIS E A POSSIBILIDADE DE IMPETRAR MANDADO DE SEGURANÇA CONDICIONADA À NATUREZA TERATOLÓGICA	
<i>Nathalia Correia Pompeu</i>	781
SEGURANÇA JURÍDICA E O SISTEMA DE PRECEDENTES JUDICIAIS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (LEI 13.105/2015)	
<i>Nelson Tomaz Braga</i>	797
O PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA E A FORÇA VINCULANTE DOS PRECEDENTES NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	
<i>Paulo de Tarso Vieira Sanseverino</i>	809
SEGURANÇA JURÍDICA – PROTAGONISMO JUDICIAL E A NEUROBIOLOGIA DO(A) JULGADOR(A)	
<i>Paulo Valerio dal Pai Moraes</i>	835
O INTERVENCIONISMO DO ESTADO NAS RELAÇÕES DE CONSUMO E A SEGURANÇA JURIDICA	
<i>Plinio Lacerda Martins</i>	875
PRINCÍPIO DA ETICIDADE NORMATIVA	
<i>Poul Erik Dyrlund</i>	899
SEGURANÇA JURÍDICA E “INCERTEZA JURISDICIONAL” NO BRASIL	
<i>Ricardo Villas-Boas Cueva</i>	909
REPRESSÃO A CONDUTAS ANTICONCORRENCIAIS: A CONTRIBUIÇÃO DO JULGAMENTO DA ADI 1.094 MC/DF	
<i>Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer</i>	929

CONTROLE JUDICIAL DA REGULAÇÃO ESTATAL NA SOCIEDADE DE RISCOS E INCERTEZAS <i>Sérgio Guerra</i>	947
A CENTRALIDADE DA JURISPRUDÊNCIA NO CPC/2015 <i>Sergio Kukina</i>	977
CRIANÇA E PUBLICIDADE <i>Tercio Sampaio Ferraz Junior</i>	995
PROTAGONISMO JUDICIAL NO PROCESSO PENAL E A AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA <i>Thiago Bottino</i>	1007
JURISDIÇÃO EM CONFLITOS DE CONSUMO MASSIFICADOS: PATERNALISMO OU ADEQUAÇÃO DO MERCADO A MARCOS LEGAIS DE CONVÍVIO EQUILIBRADO COM SUJEITOS VULNERÁVEIS? <i>Walter José Faiad de Moura</i>	1027
PROTAGONISMO JUDICIAL, SEGURANÇA JURÍDICA E REFLEXOS NAS RELAÇÕES DE CONSUMO: NOVOS DESAFIOS. <i>Werson Rêgo</i>	1053